

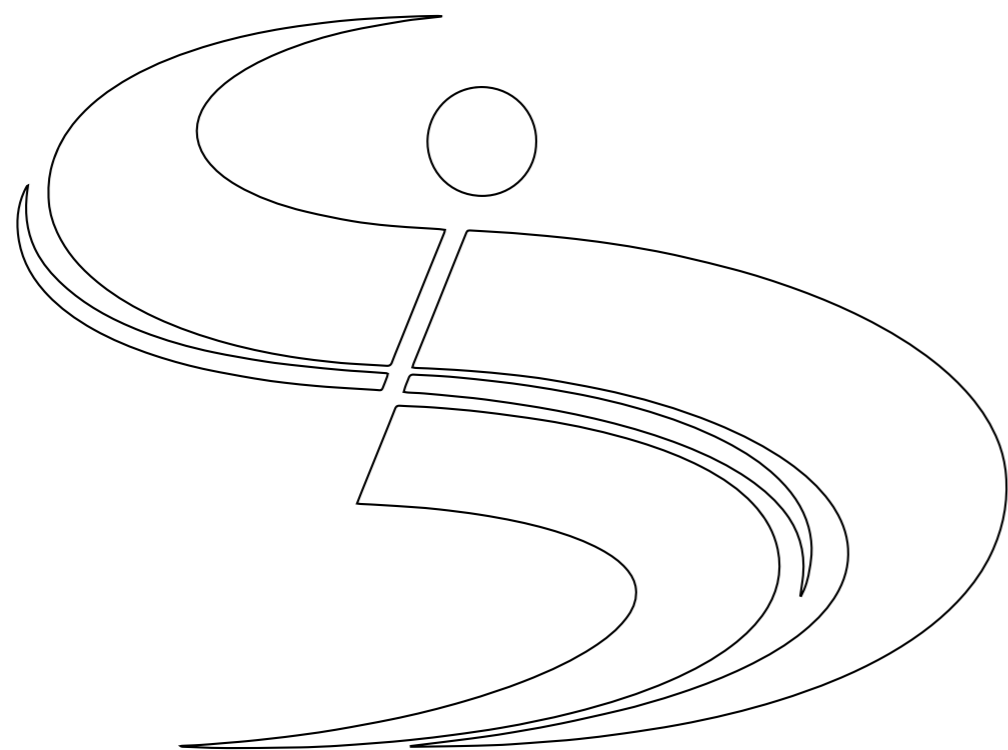


A VOZ DO
DESPORTO

CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL

Plano de Atividades e Orçamento 2025

NOVEMBRO 2024



Plano de Atividades e Orçamento 2025

Aprovado na Assembleia-Geral ordinária da
Confederação do Desporto de Portugal de
28.11.2024

NOVEMBRO 2024

FICHA TÉCNICA

**Título:**

Plano de Atividades e Orçamento 2025 da CDP

Proprietário e Editor:

Confederação do Desporto de Portugal
Rua Eduardo Augusto Pedroso, 11-A
1495-047 Algés
PORTUGAL
tel. +351 +351 214 113 975
cdp@cdp.pt | www.cdp.pt

Direção e Coordenação:

Direção da CDP

Colaboração:

Órgãos Sociais da CDP
Estrutura profissional da CDP

Design, Conceção e Produção Gráfica:

Tomaz Barison

Fotografia:

Arquivo CDP

Publicação:

Novembro 2024 (aprovado em AG, no dia 28.11.2024)

ÍNDICE



1. INSTITUCIONAL	08
1.1 Mensagem do Presidente	08
1.2 A Confederação do Desporto de Portugal	10
1.3 Órgãos Sociais 2023-2027	12
1.4 Federações filiadas: a razão de existir da Confederação do Desporto de Portugal	14
2. ATIVIDADES	18
2.1 Posicionamento estratégico	18
2.2 Novos serviços para as Federações desportivas	22
2.3 Mais e melhor formação para os agentes desportivos	24
2.4 Intensificar a intervenção política da Confederação do Desporto de Portugal	28
2.4.1 Diagnóstico da realidade desportiva nacional	30
2.4.2 Os objetivos e as reformas que se impõem	32
2.5 O Desporto no centro da agenda social, política e mediática	35
2.6 O movimento associativo desportivo próximo das instituições europeias e da CPLP	36
2.6.1 O Desporto português e a União Europeia	36
2.6.2 A CPLP e a Lusofonia	37
2.7 Reconhecer os grandes feitos desportivos, com visibilidade social e mediática	40
3. ORÇAMENTO	42
3.1 Introdução	42
3.2 Considerações Gerais	43
3.3 Rendimentos e Ganhos	46
3.4 Gastos e Perdas	48

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Este primeiro Plano de Atividades e Orçamento que a Direção da Confederação do Desporto de Portugal apresenta é o instrumento definidor do ano de 2025, a par do programa com o qual nos candidatámos e que define o caminho para os quatro anos de mandato.

A Confederação do Desporto de Portugal enfrenta um novo ciclo com a entrada em funções da atual direção, em dezembro de 2023, e como qualquer começo de ciclo há mudanças que vão sendo feitas e que são saudáveis para renovar a vida e a dinâmica das instituições.

Nestes primeiros meses, iniciámos um processo de reestruturação interna com o objetivo de potenciar os recursos para uma ação mais concreta, visível e com impacto junto dos nossos stakeholders. Paralelamente, reforçámos a capacidade de intervenção da Instituição, no plano político, apresentando aos líderes partidários candidatos às Eleições Legislativas, de março de 2024, as prioridades políticas do setor do Desporto para a Legislatura e dando eco a essas propostas nos meses seguintes, junto dos respetivos partidos políticos, dos media e de outras instituições parceiras.

Mais recentemente, assumimo-nos como A Voz do Desporto na defesa de um reconhecimento político ao mesmo nível do impacto social e económico do setor. Propusemo-nos a ocupar a agenda mediática, durante o período prévio à apresentação da proposta de Orçamento do Estado para 2025, e lançámos o Estudo “O Valor do Desporto, o seu financiamento (1996-2024) e o seu futuro”, como diagnóstico e análise à evolução do financiamento público nos últimos anos e às restrições que o mesmo causou ao desenvolvimento desportivo do país.

Assumimo-lo, sem qualquer rodeio. A intervenção da Confederação do Desporto de Portugal na construção de políticas públicas para o Desporto, suportando-se técnica e academicamente em cada vez mais materiais e documentos, é a prioridade número um de uma Instituição com a missão da CDP. Em 2025 daremos continuidade a esse caminho, através do lançamento de um Estudo de impacto económico do Desporto em Portugal, que reflita as valências e o retorno que o investimento público no setor gera para a Economia nacional.

Só mantendo um posicionamento e uma voz política audível é que a CDP contribui para oferecer ao Desporto o que este nunca teve, desde que vivemos em Democracia: reconhecimento visível no plano da ação política e estratégica do país, por parte das mais altas figuras do Estado e por parte das Instituições de cúpula do país.

É este papel interventivo que procuramos cumprir, diariamente, em várias dimensões e que em 2025 será intensificado. Ouvindo as Federações desportivas nossas associadas, numa rede desportiva que integra a Confederação cada vez mais alargada – e que terá resultados visíveis muito em breve – e, simultaneamente,

criando condições para aumentar a capacidade de apoio às federações, em múltiplas áreas da gestão, com vista ao maior profissionalismo e modernização da sua atividade.

O Centro de Formação sofrerá um rebranding total, reformando-se e tornando-se num produto mais atrativo e com selo de qualidade, de instituições parceiras. O Balcão das Federações será construído para ser uma ferramenta de acesso simples e essencial para as organizações que necessitem de apoio à gestão; e o Manual do Dirigente Associativo Desportivo verá a luz do dia, para ser um instrumento essencial no novo ciclo de dirigentes desportivos que iniciam funções, entre o último trimestre deste ano e o primeiro do ano de 2025.

Tudo aquilo que fazemos terá, forçosamente, de ser acompanhado por uma forte atitude comunicacional, quer para impactar no condicionamento e influência da agenda política, quer para alargar a repercussão social do que defendemos, ambicionamos e exigimos. É importante que a CDP esteja no pelotão da frente, com uma estratégia de comunicação moderna e diversificada que, por um lado, disponibilize melhores condições de promoção e divulgação das modalidades, nos media e nos canais digitais da Confederação, e, por outro, dê eco mediático à nossa atividade interventiva, ao nível da necessidade de reforço das políticas públicas para o Desporto. O ano de 2025 marcará, assim, o intensificar dessa transformação, num processo de melhoria contínua e sustentável, durante este ciclo de 4 anos.

Um rumo ambicioso como o que propusemos em dezembro de 2023 a todas as Federações desportivas, e que vê neste Plano o primeiro em que se reflete o início pleno desse caminho, impõe e exige à Direção, aos restantes Órgãos Sociais, e aos colaboradores: proatividade, inconformismo, irreverência, inovação e ambição, como forma de responder às expectativas que as Federações desportivas depositaram, e diariamente depositam, neste projeto. Em nome da Confederação do Desporto de Portugal, este é o nosso compromisso.

Daniel Monteiro

A CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL



Fundada em 1993, a Confederação do Desporto de Portugal é uma organização não-governamental, de direito privado e sem fins lucrativos, com Estatuto de Utilidade Pública desde 2009.

A CDP congrega as federações desportivas nacionais, prestando-lhes apoio e atuando no sentido de concertar os seus interesses, na representação do Desporto junto dos parceiros sociais e políticos, perante o Estado, a União Europeia e os organismos congéneres de outros países.

MISSÃO

Intervir na política desportiva nacional e participar nas orientações estratégicas desportivas em geral, como parceiro social, junto do Estado, com base na defesa do direito ao Desporto como fator essencial de desenvolvimento integral da pessoa humana.

VISÃO

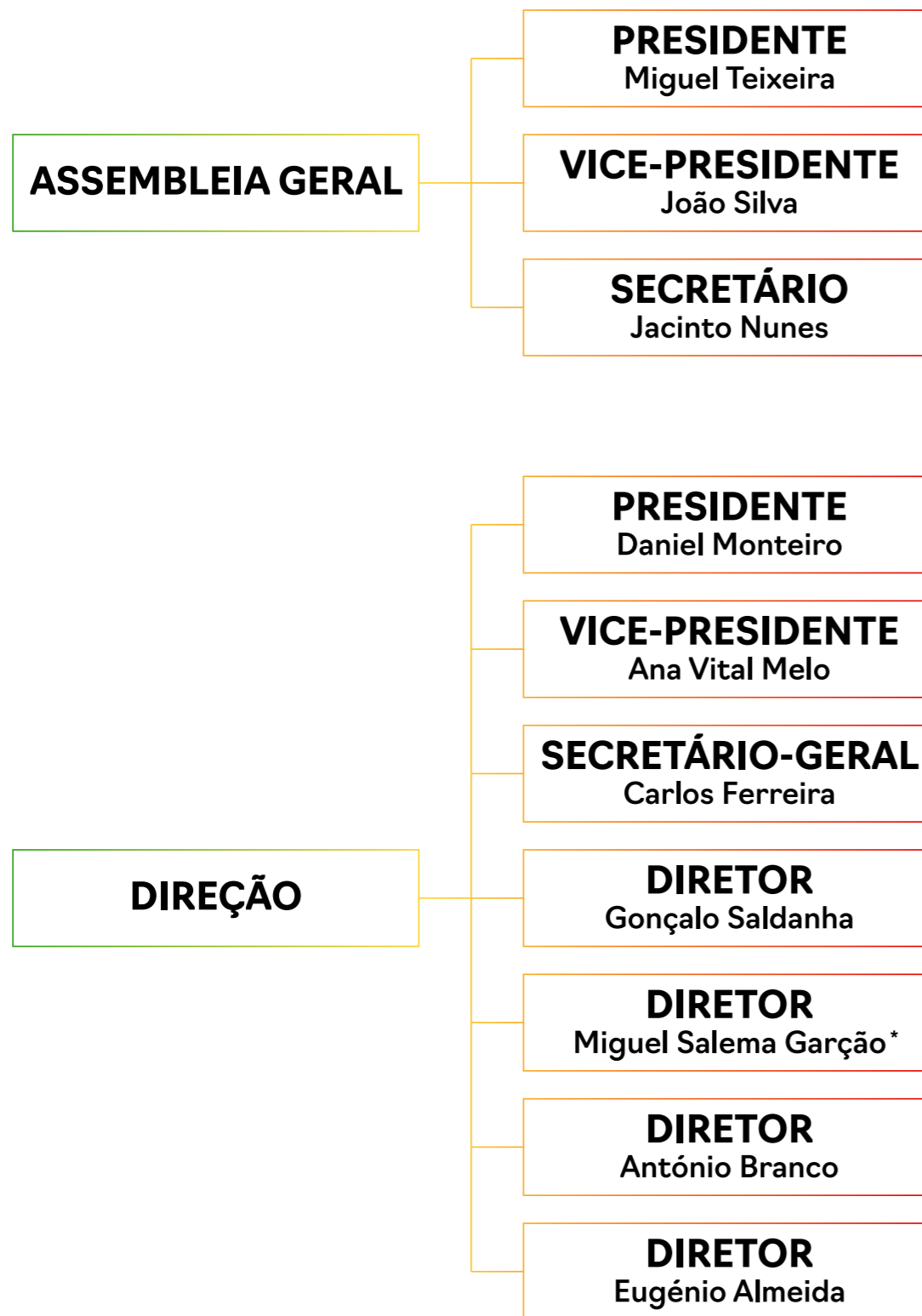
Contribuir para um desenvolvimento efetivo e sustentável dos índices de atividade física e de prática desportiva a nível nacional.

VALORES

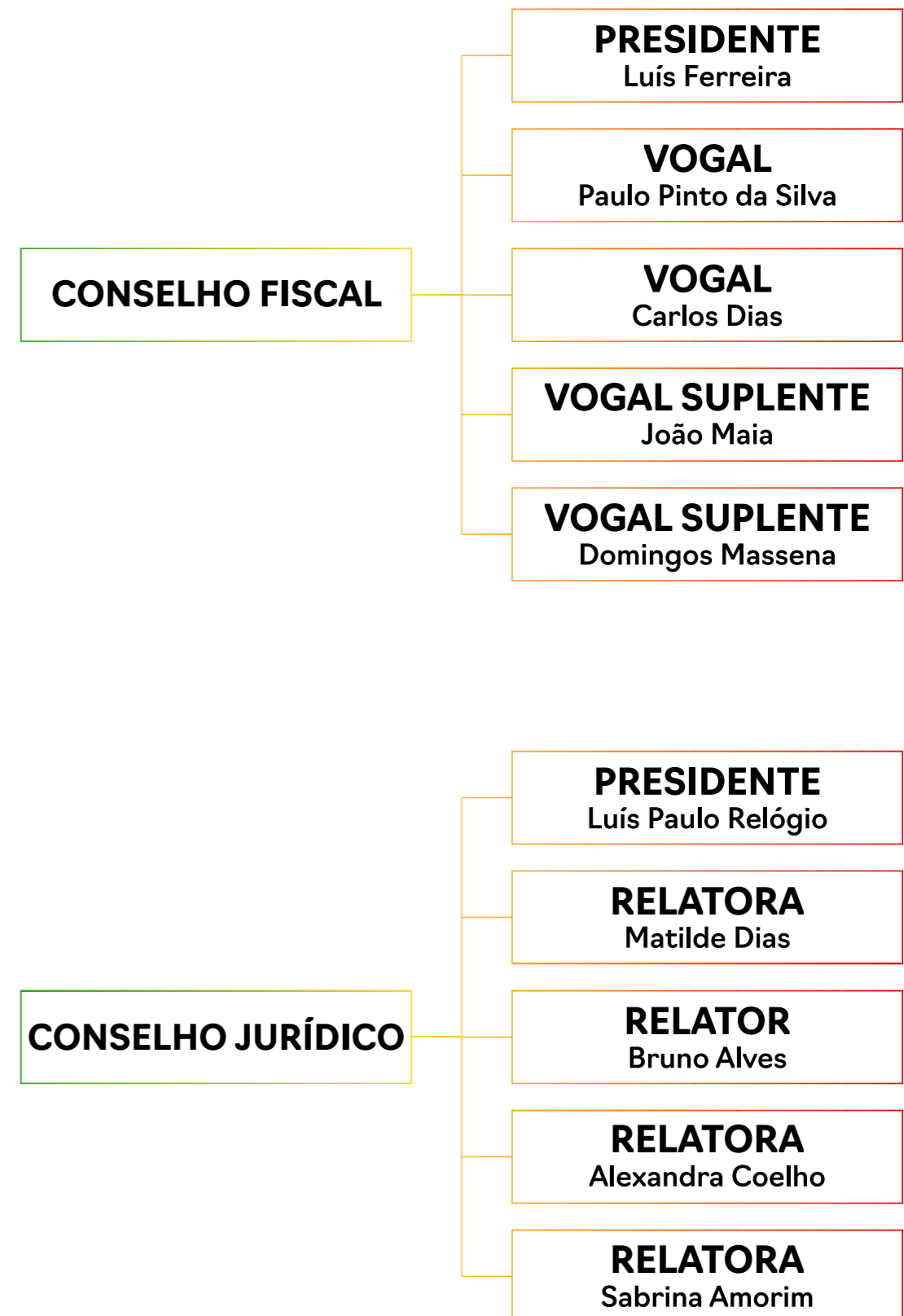
A Visão, a Missão e todas as atividades promovidas pela CDP, são suportadas em valores como a solidariedade, a transparência e a ética.



ÓRGÃOS SOCIAIS 2023-2027



*Por razões profissionais, renunciou ao cargo a 24.10.2024



FEDERAÇÕES FILIADAS:

A RAZÃO DE EXISTIR DA CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL



Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto



Federação Académica do Desporto Universitário



Federação de Andebol de Portugal



Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal



Federação Portuguesa de Aeronáutica



Federação Portuguesa de Aikido



Federação Portuguesa de Artes Marciais Chinesas



Federação Portuguesa de Atletismo



Federação de Desportos de Inverno de Portugal



Federação de Ginástica de Portugal



Federação de Ju-jitsu e disciplinas associadas de Portugal



Federação de Motociclismo de Portugal



Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting



Federação Portuguesa de Badminton



Federação Portuguesa de Bilhar



Federação Portuguesa de Boxe



Federação de Patinagem de Portugal



Federação de Triatlo de Portugal



Federação dos Arqueiros e Besteiros de Portugal



Federação Equestre Portuguesa



Federação Portuguesa de Bridge



Federação Portuguesa de Canoagem



Federação Portuguesa de Ciclismo



Federação Portuguesa de Columbifilia



Federação Nacional de Karaté



Federação Nacional de Squash



Federação Portuguesa de Actividades Subaquáticas



Federação Portuguesa de Aerodelismo



Federação Portuguesa de Corfebol



Federação Portuguesa de Damas



Federação Portuguesa de Cricket



Federação Portuguesa de Dança Desportiva

FEDERAÇÕES FILIADAS:

A RAZÃO DE EXISTIR DA CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL



Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência



Federação Portuguesa de Escalada de Competição



Federação Portuguesa de Esgrima



Federação Portuguesa de Futebol



Federação Portuguesa de Pentatlo Moderno



Federação Portuguesa de Pesca Desportiva



Federação Portuguesa de Pesca Desportiva do Alto Mar



Federação Portuguesa de Petanca



Federação Portuguesa de Golfe



Federação Portuguesa de Hoquei



Federação Portuguesa de Judo



Federação Portuguesa de Lohan Tao Kempo



Federação Portuguesa de Remo



Federação Portuguesa de Rugby



Federação Portuguesa de Sumo



Federação Portuguesa de Surf



Federação Portuguesa de Kickboxing e Muaythai



Federação Portuguesa de Lutas Amadoras



Federação Portuguesa de Minigolfe



Federação Portuguesa de Motonáutica



Federação Portuguesa de Tênis



Federação Portuguesa de Tênis de Mesa



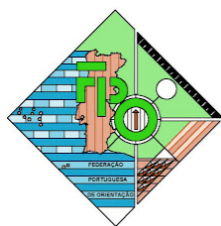
Federação Portuguesa de Tiro



Federação Portuguesa de Tiro com Arco



Federação Portuguesa de Natação



Federação Portuguesa de Orientação



Federação Portuguesa de Padel



Federação Portuguesa de Paraquedismo



Federação Portuguesa de Tiro com Armas de Caça



Federação Portuguesa de Vela



Federação Portuguesa de Voo Livre



Federação Portuguesa de Xadrez

POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

Do cruzamento entre a natureza/missão da CDP e os princípios que norteiam a atividade diária da Instituição, imprimida pela atual Direção, pretende-se **operacionalizar um novo modelo de organização e de relacionamento com o movimento associativo desportivo, com o Estado e com a sociedade portuguesa**, em geral.

O posicionamento estratégico de uma estrutura está na base daquilo a que a mesma se propõe alcançar, a curto, médio e longo prazo. Na ambição dos seus principais intervenientes está uma perspetiva de obtenção de resultados, inicialmente propostos, apresentando-se em objetivos e ações estratégicas reflexo dos objetivos da Direção.

O Plano de Atividades para 2025 assume como premissa base o potencial do Desporto português, com impactos reconhecidos a nível social, educativo, económico e de saúde.

A CDP pretende dar continuidade ao **processo de reforço da sua intervenção**, nomeadamente como:

- Um agente decisivo na construção das políticas públicas, como parceiro social do Estado em matéria desportiva;
- Uma marca credível e com notoriedade;
- Um produto diferenciador e de valor acrescentado, com participação ativa e pela positiva, na construção de propostas e orientações políticas, consideradas chave, para o desenvolvimento desportivo nacional.

Consequentemente, revela-se fundamental estabelecer desde já os objetivos gerais que irão nortear as atividades a desenvolver pela CDP, a saber:

O reforço da capacidade de intervenção da CDP como "A Voz do Desporto", concertando as respetivas posições políticas com as Federações desportivas filiadas, e adaptando/ajustando a estrutura profissional da CDP para uma melhor resposta às exigências colocadas nesta área;

A coordenação do Movimento Associativo Desportivo na tomada de posição, quanto a um novo modelo de desenvolvimento desportivo nacional;

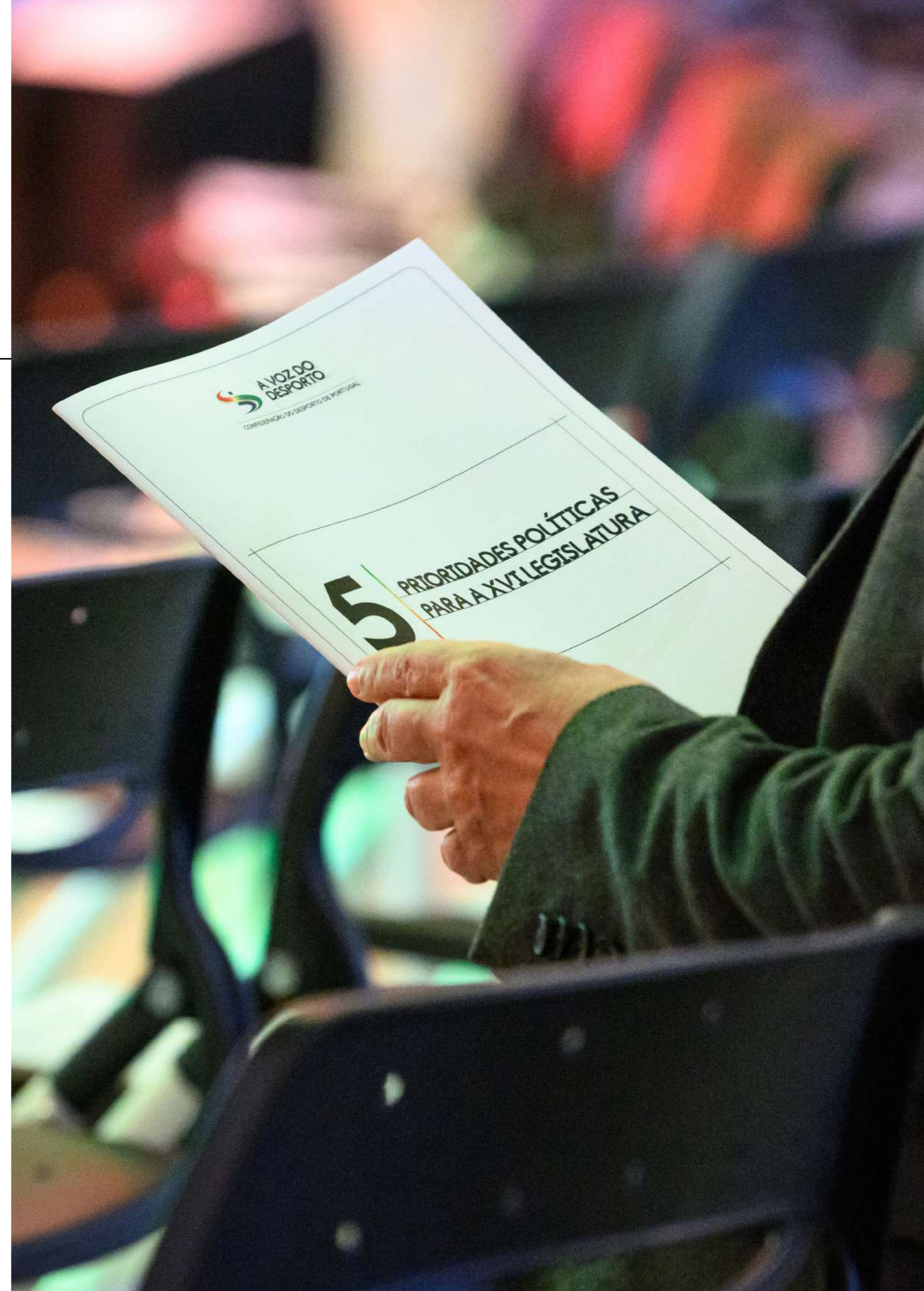
A promoção ativa da atividade física e da prática desportiva, oferecidas com segurança e qualidade, como um dos principais veículos de melhoria da qualidade de vida numa sociedade moderna;

O reforço dos mecanismos de interligação e a criação de sinergias entre as Federações desportivas e entre estas e a CDP;

A melhoria do nível e do profissionalismo das atividades oferecidas pelas Federações desportivas aos seus clubes, atletas e restantes agentes desportivos;

O reforço da visibilidade do Desporto nacional, promovendo a autoestima nacional e a aproximação da sociedade em geral ao Desporto;

A promoção da qualificação dos agentes desportivos, com vista a um melhor desempenho da sua ação diária no contexto desportivo.





**INVESTIR NA
PROFISSIONALIZAÇÃO DAS
FEDERAÇÕES DESPORTIVAS**

NOVOS SERVIÇOS PARA AS FEDERAÇÕES DESPORTIVAS

A Confederação do Desporto de Portugal deve ter a capacidade de oferecer o suporte necessário ao bom funcionamento e à modernização e profissionalização das Federações desportivas, colocando os seus recursos ao serviço das necessidades do movimento associativo desportivo e, consequentemente, do Desporto português.

Propõe-se, assim, para 2025:

- A criação do **Balcão das Federações**. Um programa de apoio às federações desportivas, que integrará e centralizará a oferta de seguros desportivos a preços competitivos e que oferecerá serviços de assessoria administrativa e processual (no âmbito de candidaturas a linhas de financiamento nacionais e europeias), de assessoria jurídica e de comunicação e marketing.
Tendo em conta as restrições financeiras com que hoje as organizações desportivas se deparam, em particular as Federações desportivas, torna-se imprescindível centralizar e oferecer um conjunto de serviços que dote as referidas de mais e melhores meios para que estas possam cumprir a sua atividade.
Este é um projeto integrado na estratégia de **renovação digital da Confederação do Desporto de Portugal**, em que se inclui o lançamento de um novo site, aberto à atividade institucional e desportiva das Federações desportivas e dos maiores feitos internacionais dos atletas e das seleções nacionais portuguesas.
- O lançamento do **Manual do Dirigente Associativo Desportivo**. Uma publicação que fornecerá informações úteis a novos dirigentes federativos em funções, com destaque para questões administrativas, legais e processuais, de relacionamento com a tutela e com parceiros e patrocinadores.



MAIS E MELHOR FORMAÇÃO PARA OS AGENTES DESPORTIVOS

A formação e capacitação dos agentes desportivos é uma das âncoras fundamentais, como meio e suporte ao desenvolvimento desportivo e à oferta de Desporto às comunidades, com cada vez melhor qualidade e confiabilidade.

O ano de 2025 marca o início de um novo ciclo no projeto de formação da Confederação do Desporto de Portugal, inserido no plano de inovação e transição digital da Instituição.

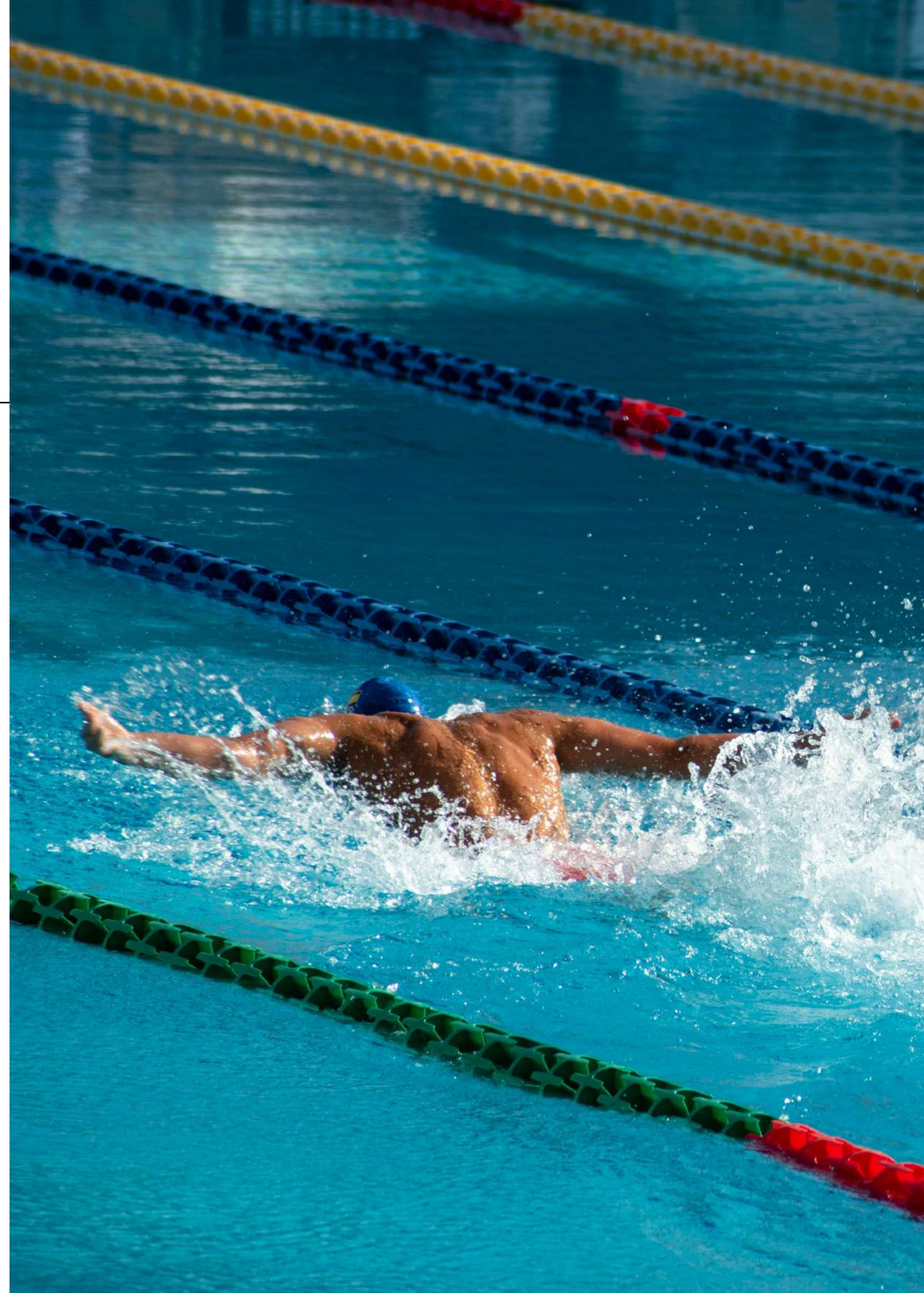
Destaca-se assim:

- **O rebranding do Centro de Formação**, ativando uma nova marca e um novo produto, mais atrativo e credível.
Este processo prevê a renovação das formações oferecidas, a admissão de novos formadores, com reconhecido mérito académico, social, enquanto especialistas nas suas áreas de formação, e o lançamento de novos cursos e de uma nova plataforma digital, mais moderna, mais funcional e com possibilidade de oferta de cursos e-learning.

Prevê-se ainda a disponibilização de cursos, em parceria com entidades reconhecidas, nas mais variadas áreas a explorar, como Instituições de Ensino Superior, autarquias, organizações representativas de setores e/ou classes profissionais, órgãos de comunicação social, entre outros.

• **A realização de formação financiada, nas regiões Alentejo, Centro e Norte, no âmbito do Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão (Pessoas2030)** e no seguimento de uma candidatura submetida e aprovada durante o ano de 2024.

Este projeto será executado entre 2025 e 2027 e contemplará a realização de ações modulares certificadas, com vista ao desenvolvimento das competências profissionais dos participantes, permitindo também que estes possam iniciar ou retomar processos conducentes ao aumento das suas qualificações escolares e/ou profissionais.



A female athlete in a black athletic outfit is captured in mid-stride, running on a red track towards a sand pit. The background is a solid red color. The text is overlaid in the center-right of the image.

**REFORÇO DA RELEVÂNCIA
SOCIAL E POLÍTICA DO
DESPORTO PORTUGUÊS**

INTENSIFICAR A INTERVENÇÃO POLÍTICA DA CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL

A intervenção política do movimento associativo desportivo ganha expressão com uma Confederação do Desporto de Portugal forte, capaz de concertar posições junto das Federações desportivas e de assegurar uma representação de forma ativa e igualitária, em que a voz e o peso de uma federação não dependam do reconhecimento social da modalidade, mas sim da sua utilidade pública, ao serviço de um todo que é o Desporto nacional.

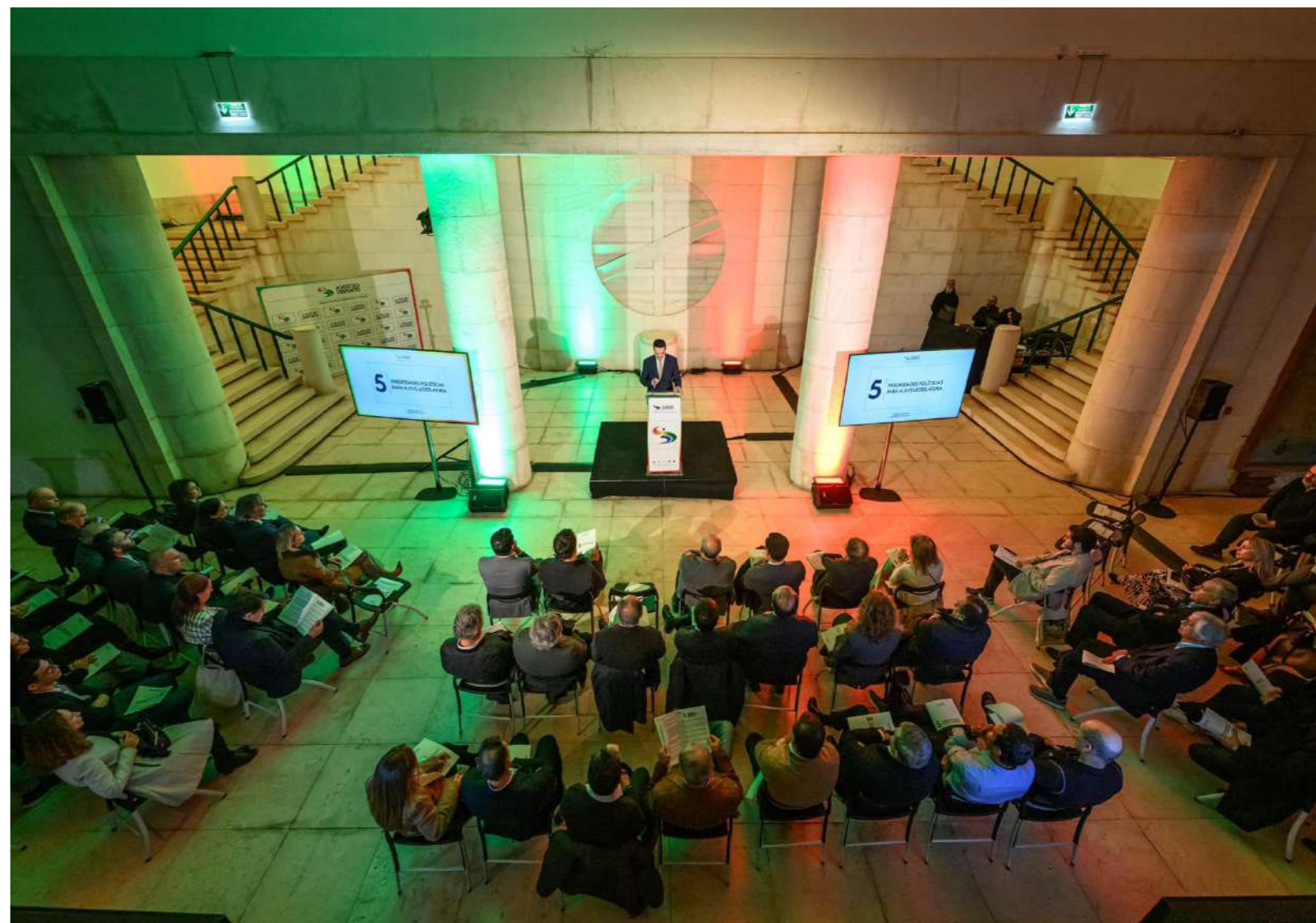
Cabe, por isso, à Confederação do Desporto de Portugal criar condições de participação e intervenção do movimento associativo desportivo na definição das políticas públicas para o setor, numa postura pró-ativa, construtiva e reivindicativa, que eleve o setor para um outro patamar de reconhecimento.

Para isso, propõe-se a organização de **Cimeiras de Presidentes de Federações** desportivas regulares, para discussão da realidade desportiva nacional, análise às propostas de reformas apresentadas pelo Governo e aprovação de tomadas de posição conjuntas, sobre as mais variadas matérias que envolvam o setor do Desporto.

Com o objetivo de reforçar a valorização política do Desporto e de lhe conferir a representação que merece, como importante setor de atividade do Estado que é, a **Confederação do Desporto de Portugal** proporá, também, a sua **inclusão no Conselho Económico e Social**. O Conselho Económico e Social é um órgão constitucional de consulta e concertação social, que tem como principais objetivos a promoção da participação dos agentes económicos e sociais nos processos de tomada de decisão dos órgãos de soberania, no âmbito de matérias socioeconómicas, sendo, por excelência, o espaço de diálogo entre o Governo, os Parceiros Sociais e restantes representantes da sociedade civil organizada.

Ainda no âmbito das representações institucionais, continuará a ser assegurada a participação nos seguintes órgãos:

- Conselho Nacional do Desporto (CND), através do Presidente da Direção, Daniel Monteiro;
- Conselho Consultivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, IP (IPDJ, IP), através do Presidente da Direção, Daniel Monteiro;
- Conselho Consultivo da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADOP), através do Diretor da Direção, Gonçalo Saldanha;
- Conselho Consultivo da Autoridade Para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto (APCVD), através do Secretário-Geral da Direção, Carlos Dias Ferreira;
- Conselho de Arbitragem Desportiva do Tribunal Arbitral do Desporto (TAD), através da Vice-Presidente da Direção, Ana Vital de Melo, e do Presidente do Conselho Jurídico, Luís Paulo Relógio;
- Conselho de Fundadores e Curadores da Fundação do Desporto, através do Presidente da Direção, Daniel Monteiro;
- Conselho de Administração da Fundação do Desporto, através de Anabela Reis;
- Conselho Nacional do Associativismo Popular (CNAP);
- Confederação Portuguesa de Voluntariado (CPV).



DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DESPORTIVA NACIONAL

De acordo com dados da Pordata, Portugal apresentava um total de 773.800 praticantes desportivos, com referência a 2023, o equivalente a pouco mais de 7% da população portuguesa. É certo que este número até tem vindo a crescer, de ano para ano, mas não o suficiente para acompanhar o pelotão da frente dos países da União Europeia.

O ritmo lento de crescimento do Desporto em Portugal tem colocado o país, irremediavelmente, na cauda dos países da União Europeia, como o país com menor percentagem da população com atividade física ou desportiva regular, tal como reflete o mais recente estudo do Eurobarómetro, apresentado pela Comissão Europeia em 2022.

Estes ténues progressos são justificados pela ausência de reformas estruturais no Desporto nacional, nos últimos anos. Com a(s) receita(s) de sempre, dificilmente poderíamos esperar resultados diferentes.

As alterações normativas e de funcionamento que o setor tem vindo a sofrer, foram sendo produzidas de forma parcelar, avulsa e sem integração numa estratégia de fundo de valorização e desenvolvimento do Desporto em Portugal. Da década de 80 para cá, ao transferir as responsabilidades de gestão e organização do Desporto para o movimento associativo, o Estado central foi, progressivamente, afastando-se da gestão estratégica do projeto desportivo do país. E, por consequência, o Desporto foi perdendo peso e relevância social e política.

Se por um lado, com a criação deste novo paradigma de delegação completa dos poderes de organização do Desporto no movimento associativo, as federações desportivas “ganharam” competências e responsabilidades, por outro não lhes foram conferidos os meios técnicos e financeiros necessários para a concretização da missão que o Estado lhes confiou.



O que está em causa não é o modelo de desenvolvimento desportivo, assente na promoção do Desporto pela via associativa e com a sociedade civil a ser o motor dessa dinamização. O que se condena é a delegação dessa responsabilidade nas federações desportivas nacionais, sem que o Estado coordene a implementação de uma política nacional, dotando os agentes associativos dos meios necessários para a conseguir.

O Estado central deixou o movimento associativo, praticamente, entregue à sua sorte, assumindo que com os recursos que lhe destinava o setor conseguia sobreviver. E, na medida do possível, foi conseguindo, à custa, essencialmente, do capital voluntário da grande maioria dos agentes desportivos, das autarquias e das famílias, que se foram substituindo ao Estado central no financiamento do setor.

O que o Desporto não conseguiu foi elevar o nível e adaptar-se aos novos tempos, profissionalizar-se e democratizar-se, ser competitivo e atrativo face a outras atividades entretanto criadas com a era digital e conquistar, definitivamente, as famílias e os mais novos, na ocupação dos seus tempos livres, como elemento insubstituível na Educação, na aprendizagem de valores humanos e na integração social.

A Escola foi negligenciando a atividade física e a prática desportiva, principalmente no 1º ciclo de escolaridade. E os clubes de índole local, sem recursos, não foram dispendo, de uma forma geral, de uma organização profissional e de técnicos e treinadores qualificados.

Partimos de uma realidade de atividade motora infantil e desportiva juvenil extremamente débil, realidade que se acentua nas etapas seguintes da formação e da preparação desportiva dos praticantes, para não mais se recuperar os défices criados na base.

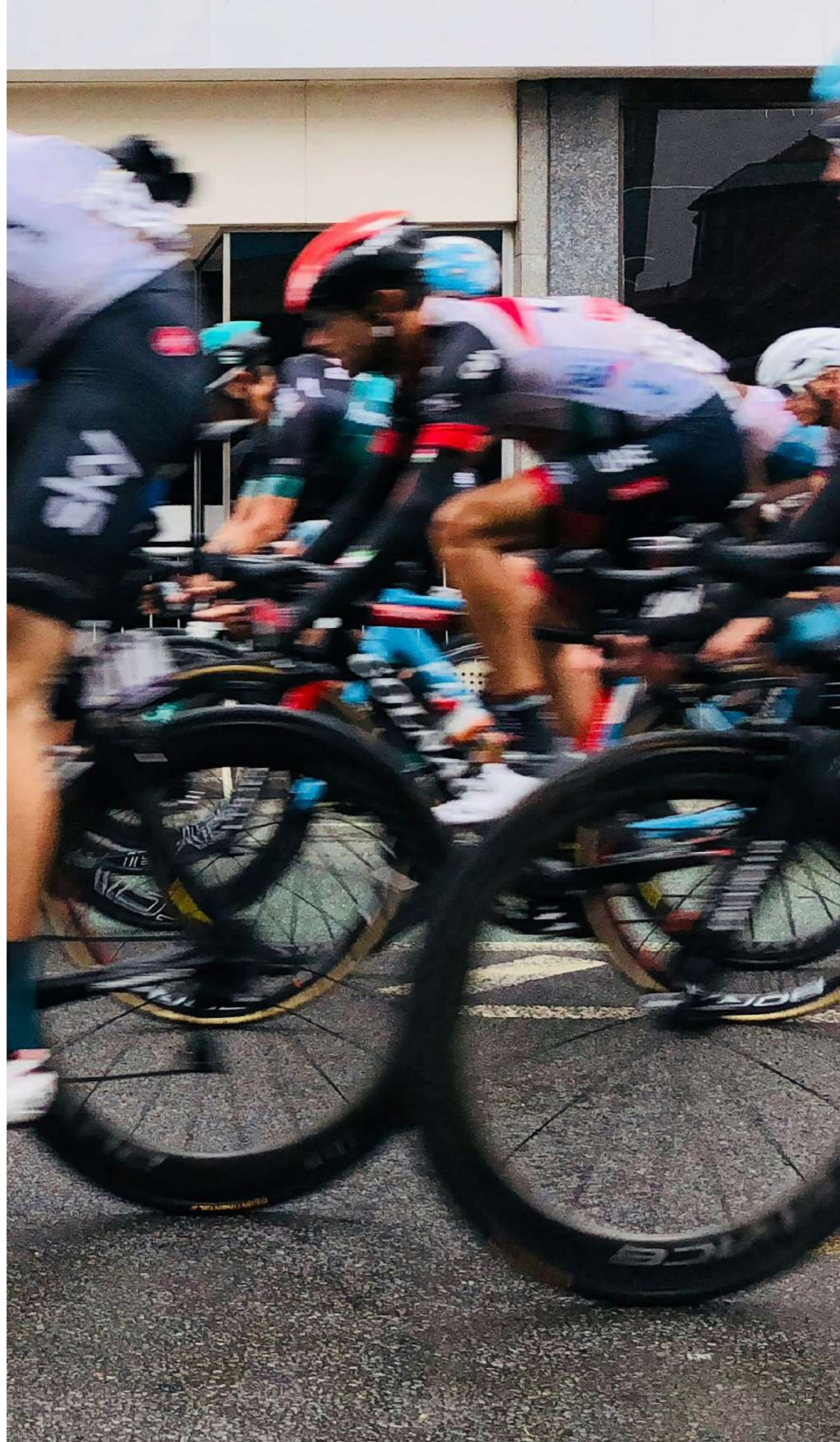
OS OBJETIVOS E AS REFORMAS QUE SE IMPÕEM

Precisamos de inverter este ciclo. Impõe-se que Portugal construa uma verdadeira política desportiva nacional, assente no princípio básico do Desporto como veículo para o desenvolvimento humano, capaz de responder a **2 objetivos fundamentais**:

1. **Mais praticantes, formais e informais**, com atividade desportiva segura e de qualidade, de forma regular, transversal a todas as idades, níveis de desempenho e famílias, independentemente da sua situação socioeconómica.
2. **Maior competitividade e melhores resultados nas representações internacionais**, por parte da nossa elite desportiva e seleções nacionais, que lutem de igual para igual com as elites dos outros países.

Estes dois domínios da prática desportiva conjugam a quantidade e a qualidade ou, por outras palavras, o crescimento com o desenvolvimento. Num país e numa sociedade desenvolvida, estes dois pilares têm obrigatoriamente de coexistir. De nada serve a um país obter grandes resultados desportivos, por via dos seus atletas de elite, se o mesmo não assumir e entender a importância de uma política de democratização de acesso ao Desporto, como veículo de desenvolvimento social e cívico.

Queremos e precisamos, em suma, de mais e melhor Desporto. E isso implica reformar, modernizar e dotar as organizações desportivas de melhores condições, de forma que estas possam oferecer mais e melhor Desporto, sendo, assim, fundamental para 2025:



- **A construção de um novo modelo de financiamento plurianual ao Desporto**, que, por um lado, alargue as fontes de financiamento público às receitas fiscais arrecadadas pelo Estado e ofereça previsibilidade financeira às organizações desportivas e, por outro, estabeleça novos critérios à distribuição de verbas.
- **O lançamento de um pacote de medidas, por parte do Governo, capaz de provocar um "choque desportivo"**, com impacto imediato na qualidade da oferta desportiva e no aumento generalizado de praticantes desportivos federados, com incidência quer do lado da oferta (Clubes, Associações e Federações Desportivas), como do lado da procura (famílias), nomeadamente:
 - Do lado da oferta: a criação de um fundo para a formação e capacitação dos agentes desportivos; digitalização, modernização, inovação e desenvolvimento das organizações desportivas; bem como a construção e reabilitação de infraestruturas desportivas, a deter ou detidas por Federações Desportivas, Clubes ou Associações Desportivas sem fins lucrativos;
 - Do lado da procura: a comparticipação dos encargos com inscrições em clubes/associações/coletividades desportivas, sem fins lucrativos, através da concessão de incentivos financeiros ao consumo e/ou benefícios fiscais, em sede de IRS, a agregados familiares com dependentes menores de idade.
- **A elaboração e implementação de um Plano Estratégico para o Desporto português, num processo de co-construção entre o Governo e a Sociedade Civil**. Este processo deve seguir um alinhamento metodológico, assente em duas fases: a do diagnóstico da situação desportiva e a da tomada de decisões estratégicas, segundo um modelo de planeamento e de monitorização/avaliação.

A construção de um Plano com esta dimensão e com o desejado compromisso, por parte de todos os agentes envolvidos, não pode ser centralizado no Estado. Este tem, forçosamente, de ser construído com os agentes desportivos, até pela necessidade de desdobramento do Plano por modalidade, para que possa produzir efeitos práticos e reais no dia-a-dia do Desporto português.

Pela abrangência e representatividade que tem, **a Confederação do Desporto de Portugal assume-se como um dos intervenientes centrais neste método de co-construção com o Governo**, exigindo, igualmente, que sejam dadas respostas aos seguintes desafios:



O DESPORTO NO CENTRO DA AGENDA SOCIAL, POLÍTICA E MEDIÁTICA

A presença do Desporto nos mais variados setores de atividade do Estado é uma verdade inegociável e indelével. Seja de que franja ou sensibilidade política for, independentemente também da classe social ou origem de cada um, hoje praticamente ninguém põe em causa o impacto do Desporto em muitas outras áreas, com destaque para a Saúde, a Educação, a Coesão Social e a Economia.

Mas se essa é uma verdade, praticamente, absoluta, importa que cada agente desportivo se interrogue sobre o porquê do Desporto não ser assumido como uma prioridade política, capaz de impor um nível de desenvolvimento tal, que responda na mesma medida aos impactos sociais gerados.

Para a Confederação do Desporto de Portugal está claro, que para o Desporto atingir o reconhecimento político que procura, tem inevitavelmente de fazer parte da agenda social e política do país.

Este é um caminho que envolve vários desafios, nomeadamente o de trazer mais pessoas para a “causa” do Desporto e para a importância de uma forte política de desenvolvimento do setor; o de sensibilizar mais pessoas para os impactos sociais e económicos do Desporto; e o de fazer ver que o investimento no Desporto vale a pena e é rentável.

O ano de 2025 assume-se, assim, como um importante ano, em que se propõe:

- **O lançamento de um Estudo de impacto económico do Desporto**, técnica e cientificamente desenvolvido por uma consultora, em parceria com uma Instituição de Ensino Superior, com vista a elucidar os responsáveis políticos e a sociedade civil, em geral, da força do Desporto na economia nacional e em como o investimento público é financeira e economicamente proveitoso.
- **A preparação do Sports Summit 2026**. Uma iniciativa prevista para o ano de 2026, como um contributo do movimento associativo desportivo à discussão sobre o desenvolvimento, inovação, modernização e qualificação do Desporto português.

Com o objetivo de colocar o Desporto no centro da agenda do país, este é um ambicioso projeto de reunião entre responsáveis políticos, empreendedores e empresários e o setor do Desporto, desde atletas, treinadores, equipas de apoio, com intervenção em áreas de suporte à atividade desportiva, passando por dirigentes e gestores desportivos e culminando nos adeptos, apaixonados pelo fenómeno desportivo em geral.

A iniciativa prevista para 2026, que verá em 2025 um importante ano para a preparação, os anúncios faseados de ações promocionais e o lançamento de oradores, workshops paralelos e exposições, durante o ano de 2025, pretende dar a conhecer o Desporto nacional, promovendo ações de contacto direto entre adeptos e atletas referência/ídolos; e refletir sobre o impacto do Desporto em vários outros setores da sociedade portuguesa, apresentando boas práticas europeias e mundiais de desenvolvimento desportivo e realizando diversos workshops temáticos, com a participação e o envolvimento de todo o sistema desportivo nacional.

- **Reforço da dotação financeira ao Desporto**, através do alargamento das fontes de financiamento público do setor, à receita fiscal do Estado, para o cumprimento das ações que vierem a ser previstas no Plano Estratégico;
- **Valorização do papel dos clubes de base local**, reforçando os programas de financiamento com vista à sua profissionalização, tanto ao nível da gestão administrativa e financeira, como das componentes técnicas;
- **Massificação/democratização da prática desportiva** devidamente enquadrada, independentemente do género ou da idade, reforçando o papel das federações desportivas, associações, clubes e autarquias neste objetivo;
- **Implementação de medidas com impacto fiscal, de incentivo ao dirigismo voluntário** e à valorização fiscal da prática da atividade física e do Desporto;
- **Valorização progressiva da Educação Física e do Desporto praticado na escola no seio do ensino básico e secundário**, como forma de aumentar a literacia física e motora das nossas crianças e jovens e de definir a escola como primeiro ponto de contacto obrigatório entre estes e o Desporto;
- **Reformulação e consequente valorização do papel crucial dos dirigentes desportivos voluntários** e, desde logo, do DL n.º 267/95 de 18 de outubro;
- **Maior cooperação entre o Desporto escolar e o Desporto federado**, prevendo a organização de quadros competitivos integrados, de acordo com o nível competitivo, promovendo assim uma participação “mista” (Desporto Escolar e Desporto Federado) em idades de formação;
- **Transição estável para o pós-carreira dos atletas de alto rendimento**, devidamente salvaguardada através da celebração de contratos sociais com universidades, empresas ou unidades militares e da contratualização com entidades da administração pública, ou da sua esfera, protocolos que sirvam de suporte ao início da carreira profissional dos atletas e/ou à sua continuidade.

O MOVIMENTO ASSOCIATIVO DESPORTIVO PRÓXIMO DAS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS E DA CPLP

O DESPORTO PORTUGUÊS E A UNIÃO EUROPEIA

Portugal integra a União Europeia, antiga Comunidade Económica e Europeia, desde 1986, com um histórico de crescimento e desenvolvimento enquanto país, em várias áreas, por intervenção e ação diretas de fundos comunitários.

Pese embora, historicamente, o peso do Desporto nas instituições europeias possa ser classificado de muito ligeiro, os últimos anos vieram inverter essa tendência.

O Livro Branco do Desporto, de 2007, foi considerado como sendo o primeiro documento político da Comissão Europeia sobre o setor, sendo, mais tarde, com o Tratado de Lisboa de 2009 que se introduz um artigo específico sobre o Desporto (Art.º 165 TFEU), que passa a conferir à UE competências legais no domínio do Desporto.

Importa ainda relevar que, em maio de 2011, os Ministros de Desporto da União Europeia adotaram o primeiro Plano de Trabalho (EU Sport Work Plan 2011-2014), sendo criados seis grupos com vista à implementação transversal do mesmo nos diversos subsectores e nas áreas com intervenção no Desporto.

Também na mais recente composição do colégio de comissários dos 27 Estados-Membros, o Desporto volta a merecer uma das pastas, ainda que partilhada com a Equidade Intergeracional, a Juventude e a Cultura, sendo mais um dos sinais para o progressivo aumento de relevância do setor na composição, orgânica e funcionamento das instituições europeias.

Assim, para 2025, no âmbito de um processo de estreitamento de relações com os organismos europeus, prevemos:

- A organização de uma visita ao Parlamento Europeu, por parte de uma comitiva de Presidentes de Federações desportivas nacionais, que inclua reuniões de trabalho com os Deputados portugueses e com a Comissão Europeia, com o objetivo de se estabelecerem compromissos comuns, quanto ao cumprimento das metas estabelecidas pela União Europeia para o desenvolvimento desportivo, e de serem conhecidos programas cuja ação do Desporto nacional se possa integrar;

- **A execução do projeto "European Youth and Sport Together" (EUYOUSPORT), nos anos 2025 e 2026**, liderado pela European Non Governmental Sports Organisation (ENGSO), cuja candidatura ao programa Erasmus+ foi aprovada no ano de 2024.

Esta iniciativa surge da necessidade de integrar as políticas de juventude e melhores práticas no setor do Desporto, e promover ainda mais a participação eficaz e significativa dos jovens na Governação do Desporto.

Como tal, o projeto visa apoiar o estabelecimento de mecanismos de participação/representação juvenil (conselhos/comités/conselhos de juventude) nas estruturas de governação e nos processos de tomada de decisão das Organizações Desportivas, ao mesmo tempo que sensibiliza e capacita as Organizações Desportivas para a necessidade de imple-

mentar medidas eficazes e formas significativas de participação dos jovens nas suas ações e atividades (programas para jovens; voluntariado; educação entre pares; educação não formal através do Desporto, entre outras).

Além disso, propõe-se desenvolver uma rede europeia de juventude e Desporto, que represente as vozes das Organizações de juventude e Desporto, colmatando assim a lacuna de cooperação entre os dois setores, promovendo a cooperação e a aprendizagem intersectorial, ligando e capacitando os jovens líderes do Desporto de todo o continente, e aproximando as políticas da UE para a juventude e Desporto dos jovens e suas comunidades.

As entidades envolvidas neste projeto são a European Non-Governmental Sports Organisation Youth (Suécia), a Confederação do Desporto de Portugal (Portugal), a European University Sports Association (Eslovénia) o Cyprus Youth Council a Organizzazione per l'educazione allo Sport (Itália), a German Sport Youth (Alemanha) e o Finnish Olympic Committee (Finlândia).

- **A continuidade da participação nas Assembleias Gerais, fóruns de discussão e reflexão e outros eventos promovidos pela European Non-Governmental Sports Organisation**, da qual a Confederação do Desporto de Portugal é membro desde 1995.

- A continuidade de representação institucional no Comité Executivo da European Non-Governmental Sports Organisation (ENGSO), através de Filipa Godinho, atual Vice-Presidente do organismo.

A CPLP E A LUSOFONIA

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi estabelecida através da Declaração Constitutiva de 17 de julho de 1996, na Conferência de Chefes de Estado e de Governo, que decorreu em Lisboa. Nessa cimeira reuniram-se Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, como Países fundadores.

O primeiro alargamento da CPLP decorreu da adesão de Timor-Leste, que se tornou o seu oitavo país-membro, em 20 de maio de 2002, na IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Brasília. Em 2016, a Guiné Equatorial tornou-se o 9.º Estado-membro de pleno direito, através da entrega da carta de ratificação dos Estatutos da CPLP na XI Cimeira, em Brasília.

A CPLP tem três linhas de ação fundamentais: a concertação político-diplomática, a cooperação em diferentes domínios e a promoção e a difusão da língua portuguesa. Nos seus Estatutos a CPLP é definida como "o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros".



A CPLP assume-se como um projeto político cujo fundamento é a língua portuguesa, vínculo histórico e património comum dos Estados-membros, que constituem um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo mesmo idioma.

Os Jogos Desportivos dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foram instituídos em 1990, ao abrigo do Acordo Multilateral de Cooperação (n.º 2 do Artigo 10.º) para o Desporto daquela comunidade. Tal entendimento foi rubricado a 20 de janeiro, em Lisboa, pelos Estados de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. O Brasil esteve presente, mas apenas com o estatuto de observador. Desde então já se realizaram onze edições dos Jogos Desportivos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Reconhecendo no Desporto um fator cultural indispensável à formação plena da pessoa humana e consequentemente ao desenvolvimento da sociedade, o surgimento dos Jogos da CPLP veio dar corpo a um dos principais instrumentos da Cooperação na comunidade lusófona. Estabelece o Regulamento dos Jogos da CPLP, que não haverá países vencedores em cada edição do certame, porque quem vencerá será a comunidade. O grande objetivo dos Jogos Desportivos da CPLP (Art.º 11.º Eventos da área do Desporto) é o de reforçar a solidariedade entre os povos dos estados-membros da CPLP.

Desta forma, **prevê-se para 2025 a organização da XII edição dos Jogos da CPLP, em Timor, competindo à Confederação do Desporto de Portugal a organização da Missão portuguesa, por convite do Instituto Português do Desporto e Juventude.**

Importa ainda relevar que, aproveitando o momento de reunião da comunidade lusófona, através do Desporto, procuraremos reforçar o papel de Portugal, e da CDP em particular, como **membro observador da Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP.**



RECONHECER OS GRANDES FEITOS DESPORTIVOS, COM VISIBILIDADE SOCIAL E MEDIÁTICA

Os feitos dos atletas nacionais e as conquistas maiores do nosso Desporto, são a porta de entrada para que mais portugueses, independentemente da idade, se interessem pelo fenómeno desportivo, a praticar ou, simplesmente, a acompanhar e a vibrar com cada corrida, concurso, jogo ou combate.

Enaltecer e celebrar as vitórias do Desporto português, assim como reconhecer os que se notabilizaram ao seu serviço, seja a competir ou a oferecer as melhores condições para que outros pudessem competir, são responsabilidades assumidas pela Confederação do Desporto de Portugal.

A esse respeito, importa que a CDP saiba modernizar-se, acompanhar tendências e profissionalizar a sua forma de comunicar, tanto na relação com os media, como nos eventos que promove, ou também nos canais digitais.

Para 2025, a reestruturação da política de Comunicação da CDP será uma prioridade, com vista à valorização da atividade por si desenvolvida e da atividade promovida pelas Federações desportivas, assim como transformar os momentos de celebração do setor em momentos de celebração nacional, partilhados por todos.

Importa assim destacar:

- **A reestruturação da Gala do Desporto de Portugal**, através do encurtamento do seu programa, de forma a torná-la mais atrativa comercial e televisivamente.

Como evento maior de celebração dos grandes feitos do Desporto português, é fundamental que o evento alargue as suas fronteiras de alcance mediático, beneficiando de uma maior cobertura nas diversas plataformas e canais de comunicação disponíveis (TV, outros meios de comunicação social, canais digitais, etc.).

- **A criação de um evento de encontro e reunião das Federações desportivas nacionais**, que incluirá a organização de uma Cimeira de Presidentes e um momento de distinção a dirigentes que cessaram funções federativas, durante este ano, e a personalidades ou entidades indicadas pelas Federações desportivas, que se tenham destacado e contribuído para a afirmação das respetivas organizações e modalidades e, conseqüentemente, contribuído para o enriquecimento do panorama desportivo nacional.

- **O lançamento do novo site da Confederação do Desporto de Portugal**, modernizando-o e apresentando novos conteúdos, relacionados com a atividade das federações desportivas nacionais e com os maiores destaques dos nossos atletas e seleções nacionais.

O novo espaço na Internet da CDP será acompanhado de uma Intranet dedicada às Federações desportivas, com vista à partilha de informação relevante sobre a atualidade política ao nível do Desporto, de posições assumidas pela Confederação do Desporto de Portugal e da agenda política da Instituição, em representação das federações filia-

das. Para além disso, **este novo espaço terá incluído o Balcão das Federações**, um programa de apoio e oferta de serviços às federações desportivas, tendo em vista a melhoria da qualidade e do profissionalismo por estas apresentado, ao nível da sua gestão, organização e atividade diária.

- **Transformação dos canais digitais e das redes sociais da Confederação do Desporto de Portugal**, através de um acompanhamento mais intenso à atividade desenvolvida pelas Federações desportivas e aos maiores feitos desportivos nacionais, construindo novas rubricas e novas ações de ativação de marca.



ORÇAMENTO

INTRODUÇÃO

A Direção da Confederação do Desporto de Portugal preparou este Orçamento de acordo com o Plano de Atividades apresentado e tendo por base os orçamentos e os relatórios de atividades e contas de anos anteriores.

O presente Orçamento respeita ao ano de 2025 e a sua estrutura segue o quadro de contas do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pela Portaria n.º 106/2011, de 14 de março, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Conforme o disposto no artigo 46º dos Estatutos da CDP, aprovados na Assembleia Geral Extraordinária de 17 de dezembro de 2008 e registados em escritura pública de 18 de março de 2009, a Direção da CDP apresenta à Assembleia Geral de dia 28 de novembro de 2024 o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2025.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Orçamento da Confederação do Desporto de Portugal, para 2025, foi elaborado de acordo com os seguintes fatores:

1. Por imposição estatutária e do Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ), o orçamento reporta-se ao ano civil de 2025;
2. Foram respeitados os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo e da substância sob a forma, garantindo-se também a comparabilidade e a compreensibilidade das operações;
3. O detalhe das rubricas apresentadas permite a correspondência dos valores entre rendimentos e gastos;
4. A estrutura apresentada vai permitir à Direção da CDP e às suas associadas um melhor controlo, ao longo do ano, das atividades propostas.



RENDIMENTOS E GANHOS

72 – Prestação de serviços

Esta rubrica agrega os serviços prestados pela CDP, com vista à captação de recursos para o cumprimento dos seus objetivos, nomeadamente:

- a. Quotizações de filiação;
- b. Patrocínios obtidos;
- c. Intermediação da atividade de fornecimento de apólices de seguros desportivos.

75 – Subsídios e doações

Nesta rubrica estão considerados os subsídios e os apoios a obter de Entidades Públicas e Outras, nomeadamente as provenientes de Institutos Públicos, Autarquias e instituições europeias.

GASTOS E PERDAS

62- Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica respeita aos seguros realizados por conta das associadas e aos gastos gerais administrativos da CDP, detalhando-se por:

- a. Subcontratos: Com o objetivo de proporcionar às Federações desportivas as melhores condições de mercado, no acesso e subscrição do seguro de acidentes pessoais, a CDP mantém um Protocolo com a Verlingue - Corretora de Seguros, através do qual assume por conta das Federações, a toma dos seguros dos seus atletas.

A conta de subcontratos agrega o gasto estimado com a subscrição de seguros para o ano de 2025, sendo este gasto debitado às Federações e proporcionando uma contrapartida em rendimentos, na conta 72 – Prestação de serviços.

- b. Serviços especializados: Esta rubrica agrega os gastos com serviços externos especializados, nomeadamente os serviços de contabilidade e auditoria, assessoria jurídica, assessoria de comunicação, serviços de design, serviço de clipping e outros de produção de materiais de divulgação e promoção;
- c. Serviços de segurança, manutenção de equipamentos e comissões e taxas bancárias.

- d. **Materiais:** Inclui os gastos com a aquisição de material de limpeza e higiene, material de escritório, jornais, utensílios de desgaste rápido e outros.
- e. **Energia:** Esta rubrica inclui os gastos com eletricidade e consumos de água.
- f. **Deslocações, estadas e transportes:** Esta rubrica agrega os gastos com as deslocações nacionais, realizadas pelo pessoal e os Órgãos Sociais, quando ao serviço e em representação da CDP. Inclui, por isso, gastos com alojamento, passagens aéreas, transportes privados e públicos e reembolso de despesas por utilização de viatura própria.
- g. **Serviços diversos:** Esta rubrica inclui os gastos com o aluguer de equipamentos de impressão, softwares e serviços de armazenamento externo, gastos com telecomunicações e serviços postais e serviços de limpeza e higiene, controlo de pragas e serviços de entregas.

63 – Gastos com pessoal

Esta rubrica inclui os gastos com recursos humanos, nomeadamente os ordenados mensais, férias, subsídios de férias e de Natal, e respetivos encargos sociais, bem como as despesas com o seguro de acidentes no trabalho, seguro de saúde dos trabalhadores e os gastos com os serviços de medicina do trabalho.

68 – Outros gastos e perdas

A rubrica de "outros gastos e perdas" respeita aos gastos relacionados com a atividade da CDP para a prossecução dos seus objetivos.

- a. **Donativos:** Na qualidade de membro fundador, a CDP atribui à Fundação do Desporto uma dotação anual regular, classificada a título de donativo e com enquadramento no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

- b. **Quotizações:** Esta rubrica respeita aos gastos com a filiação nas seguintes entidades: ENGSO, European Fair Play Movement e Confederação Portuguesa do Voluntariado.

- c. **Gastos com as atividades:** Inclui os gastos previstos para:

- A organização de eventos nacionais, tais como a 28ª Gala do Desporto de Portugal, apresentações de estudos e outras publicações, Cimeiras de Presidentes de Federações desportivas, apresentações de estudos, publicações ou projetos, e outras iniciativas integradas na missão estatutária da CDP;
- A continuidade do Programa de Formação Financiada, PESSOAS2030, que visa a formação de ativos para a empregabilidade. Os gastos incluem bolsas de formação aos formandos, honorários dos formadores e da coordenação pedagógica;
- A participação da Missão Portuguesa nos Jogos da CPLP 2025, a realizar em Timor de 17 a 27 de julho de 2025;
- Participação em dois projetos desenvolvidos ao abrigo do programa Erasmus+;
- Representações internacionais;
- O desenvolvimento e implementação da plataforma online, designada de Balcão das Federações.

69 – Gastos e perdas de financiamento

Esta rubrica inclui a estimativa dos gastos com juros suportados pela utilização do contrato de crédito em conta corrente, junto do EuroBIC - Grupo Abanca.



RENDIMENTOS E GANHOS PARA O ANO DE 2025

Conta	Descrição	Orçamento	%
72	Prestação de serviços	527 340,00 €	29,11%
722	Quotizações de filiação	34 640,00 €	1,91%
724	Rendimentos de patrocinadores	42 700,00 €	2,36%
725	Serviços secundários	450 000,00 €	24,84%
7252	Seguros desportivos	450 000,00 €	24,84%
75	Subsídios e doações	1 284 140,00 €	70,89%
751	Subsídios de Estado e Outros Entes Públicos	1 241 530,00 €	68,54%
7511	Instituto Português do Desporto e da Juventude	945 350,00 €	52,19%
	IPDJ - programa de atividades regulares	210 000,00 €	11,59%
	IPDJ - jogos CPLP	690 350,00 €	38,11%
	IPDJ - balcão das federações	45 000,00 €	2,48%
7512	Instituto de Emprego e Formação Profissional	231 180,00 €	12,76%
	Programa Demografia, Qualificação e Inclusão (Pessoas 2030)	231 180,00 €	12,76%
7519	Outros	65 000,00 €	3,59%
752	Subsídios de Outras Entidades	42 610,00 €	2,35%
7522	Subsídios de entidades europeias	42 610,00 €	2,35%
Total dos Rendimentos e Ganhos		1 811 480,00 €	100,00%

GASTOS E PERDAS PARA O ANO DE 2025

Conta	Descrição	Orçamento	%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	537 995,00 €	29,70%
621	Subcontratos	439 450,00 €	24,26%
622	Serviços especializados	59 695,00 €	3,30%
6221	Trabalhos especializados	20 300,00 €	1,12%
6222	Comunicação e informação	35 000,00 €	1,93%
6223	Vigilância e segurança	850,00 €	0,05%
6224	Honorários	1 855,00 €	0,10%
6226	Conservação e reparação	600,00 €	0,03%
6227	Serviços bancários	1 090,00 €	0,06%
623	Materiais	3 000,00 €	0,17%
624	Energia	1 770,00 €	0,10%
625	Deslocações, estadas e transportes	5 000,00 €	0,28%
626	Serviços diversos	29 080,00 €	1,61%
6261	Aluguer de equipamento	5 200,00 €	0,29%
6262	Comunicação	6 650,00 €	0,37%
6266	Despesas de representação	10 000,00 €	0,55%
6267	Limpeza e higiene e conforto	5 500,00 €	0,30%
6268	Outros serviços	1 730,00 €	0,10%
63	Gastos com o pessoal	157 485,00 €	8,69%
632	Remunerações do pessoal	127 720,00 €	7,05%
635	Encargos sobre remunerações	26 595,00 €	1,47%
636	Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	560,00 €	0,03%
638	Outros gastos com o pessoal	2 610,00 €	0,14%
68	Outros gastos e perdas	1 113 500,00 €	61,47%
681	Impostos	150,00 €	0,01%
688	Outros	1 113 350,00 €	61,46%
6882	Donativos	10 000,00 €	0,55%
68821	Fundação do Desporto	10 000,00 €	0,55%
6883	Quotizações	2 140,00 €	0,12%
68831	ENGSO	1 500,00 €	0,08%
68832	EFPM	520,00 €	0,03%
68833	Confederação Portuguesa do Voluntariado	120,00 €	0,01%
6888	Gastos com as atividades	1 101 210,00 €	60,79%
68881	Gala do Desporto	70 000,00 €	3,86%
68882	Outros eventos	50 000,00 €	2,76%
68883	Centro de formação e recursos	219 870,00 €	12,14%
68885	Jogos CPLP	690 350,00 €	38,11%
68886	Projetos europeus	14 990,00 €	0,83%
68887	Representações internacionais	6 000,00 €	0,33%
68888	Balcão das federações	50 000,00 €	2,76%
69	Gastos e perdas de financiamento	2 500,00 €	0,14%
Total dos Gastos e Perdas		1 811 480,00 €	100,00%



A VOZ DO
DESPORTO

CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL